

SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA 2009

O Direito de Aprender

Potencializar avanços e reduzir desigualdades

**todos juntos
pelas crianças**

unicef 

tas de violação de direitos da criança e do adolescente, e identifica medidas de proteção necessárias. Possibilita, ainda, que a sociedade conheça e apoie o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos e dos Fundos para a Infância e Adolescência.

No entanto, o envio dos dados, que acontece inteiramente pela internet (www.mj.gov.br/sipia), tem esbarrado na falta de infraestrutura dos próprios conselhos. De acordo com a pesquisa Conhecendo a Realidade, desenvolvida em 2007 pelo Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da Fundação Instituto de Administração (Ceats/FIA), apenas 8% dos conselhos tutelares do Norte têm Sipia ativo, sendo que a média nacional é de 19%. Entre as justificativas para a não utilização destaca-se a falta de manutenção dos equipamentos (56%) e de capacitação dos usuários (44%). Para 71% dos conselheiros da Região Norte, a quan-

tidade e a qualidade de computadores disponíveis também são inadequadas.

Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, que administra o Sipia, o registro dos dados no sistema por parte da rede de conselhos é bastante insatisfatório. Para enfrentar os problemas de subutilização, a SEDH vem tomando uma série de medidas, como o equipamento dos conselhos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a contratação de equipes de apoio técnico em nível estadual e nacional e o treinamento de administradores, conselheiros e multiplicadores de todos os estados, entre outras.

Todos os subsistemas de informação do Sipia serão consolidados e divulgados no Portal do Observatório Nacional da Criança e do Adolescente⁶, que também fornecerá informações sobre o monitoramento da

⁶ O Portal, que deve ser lançado ainda em 2009, vai tornar públicos dados relativos à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Terá como objetivo fazer o monitoramento da Agenda Social Criança, mostrando como está o desenvolvimento de políticas públicas na área.

Tecnologia a favor da educação

No maior estado do país, com 1,5 milhão de km², transmissão via satélite ajuda a levar conhecimento para mais de 17 mil alunos

Unir os princípios da Educação a Distância (EAD) ao que há de mais moderno em termos de mediação tecnológica. Essa foi a solução encontrada pela Secretaria de Estado da Educação do Amazonas (Seduc) para resolver o problema dos 17 mil alunos do estado residentes nas comunidades rurais que concluíam o Ensino Fundamental mas não davam sequência aos estudos por causa do difícil acesso às escolas.

Como as escolas que oferecem Ensino Médio são localizadas, em geral, nas sedes municipais, havia muitas comunidades que

estavam excluídas pela dificuldade de acesso às zonas urbanas. “A ideia surgiu a partir dessa necessidade”, explica o secretário de Educação do estado, Gedeão Timóteo Amorim. “Essa área é fundamentalmente alagada. Sem essa tecnologia, seria necessária a contratação de milhares de professores para atender a demanda.”

A partir do Centro de Mídias de Educação, criado em 2007, os estudantes têm acesso a disciplinas do Ensino Médio nos locais mais distantes do interior. O curso tem a mesma carga horária do

ensino regular e 200 dias por ano. A diferença está na mediação tecnológica e na preparação das aulas, resultado de um projeto educacional inovador.

A central de produção educativa transmite, de segunda a sexta-feira, aulas ao vivo, por meio de uma plataforma de TV interativa e videoconferência que opera em redes IP, conectadas a uma rede por satélite, o que permite a interação, em tempo real, de professores e alunos.

Para isso, cada uma das 524 salas de aula integradas ao projeto recebeu, além da antena, um kit tecnológico, que inclui computador com acesso à internet, impressora, câmera para computador, microfone, telefone – que pode ser utilizado

Agenda Social Criança – passo fundamental para que o Brasil e a Amazônia possam conhecer, com profundidade, o cotidiano de suas crianças e adolescentes e, assim, implementar políticas públicas com mais qualidade em todas as áreas, incluindo a educacional.

ÊNFASE NO ENSINO MÉDIO

Para alcançar a universalização da Educação Básica, os governos precisarão, além de superar os obstáculos que têm dificultado o acesso a creches e pré-escolas, voltar sua atenção para a outra ponta do sistema: o Ensino Médio – também ainda não obrigatório no Brasil.

No Norte, 36% dos meninos e das meninas de 15 a 17 anos cursavam essa etapa em 2007. A média nacional, de acordo com a Pnad, era de 48% (*veja tabela acima*). As diferenças de gênero na taxa de frequência

com os serviços de telefonia pela internet –, estabilizador e um televisor LCD.

Segundo a Seduc, a estrutura curricular do projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica tem como norteadores os princípios da contextualização e da interdisciplinaridade, que tornam possível vincular a educação ao mundo do trabalho e à prática social.

Como resultado, 17 mil alunos de todos os 62 municípios amazonenses cursaram o 1º e o 2º ano do Ensino Médio em 2008, em 711 comunidades ribeirinhas. Ao todo, 565 profissionais estão integrados ao projeto e 2 mil horas de aulas já foram registradas nos dois anos de atendimento.

A partir de 2009, a iniciativa será estendida aos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.

Taxa de frequência escolar líquida¹

Por grupos de idade e nível de ensino (em %)

Região/Unidade da federação	De 7 a 14 anos, no Ensino Fundamental	De 15 a 17 anos, no Ensino Médio
Brasil	94,6	48,0
Norte	93,2	36,0
Acre	88,6	40,2
Amapá	93,5	49,1
Amazonas	94,1	33,7
Maranhão	91,7	36,0
Mato Grosso	92,9	47,8
Pará	92,9	33,1
Rondônia	92,5	39,4
Roraima	94,2	47,2
Tocantins	95,5	42,2

Fonte: Pnad 2007 – IBGE

¹ Segundo o IBGE, trata-se da proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequentam escola na série adequada em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

líquida dos adolescentes no Norte são mais favoráveis para as mulheres: 55% cursavam o nível adequado, enquanto 45% dos homens estavam na mesma situação.

A dificuldade de ingresso é reflexo, sobretudo, de fatores majoritariamente socioeconômicos, agravados por problemas internos do próprio sistema escolar. Baixa qualificação dos professores, instalações precárias, transporte inadequado e falta de material pedagógico contextualizado são alguns dos fatores responsáveis por diminuir o interesse dos estudantes nas aulas e, conseqüentemente, por retê-los ao longo do Ensino Fundamental, impedindo que avancem para o Ensino Médio. Mas experiências interessantes e inovadoras estão tentando ultrapassar esses obstáculos, levando educação de qualidade para os alunos das mais variadas comunidades da região (*leia mais no texto Tecnologia a favor da educação*).

Das 41.394 escolas de Educação Básica situadas no Norte e nos estados do Maranhão e de Mato Grosso, apenas 16% contavam com biblioteca e 9% com laboratório de informática, de acordo com o Censo Escolar 2007. Nos demais estados, a média foi de 33% e 21%, respectivamente. Com relação aos pro-